

RELATÓRIO DE CONTAS

FEUP 2005

INTRODUÇÃO

Com a apresentação do Relatório e Contas de 2005, são completados 4 anos de gestão da FEUP sob a actual direcção. Este documento contém a síntese do Relatório de Actividades, das Demonstrações Financeiras e respectivos Anexos, relativos ao exercício em 31 de Dezembro de 2005.

As Demonstrações Financeiras da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) foram efectuadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POC-E) aprovado pela Portaria n.º 794/2000 de 20 de Setembro, tendo sido objecto de uma auditoria externa, bem como de uma Certificação Legal de Contas, efectuada por um Revisor Oficial de Contas, cujo parecer se divulga.

Este Relatório está dividido em 5 secções:

I. SÍNTESE DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

I – SÍNTESE DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Organização

A FEUP organiza-se em sete Departamentos, onde se agrupam os recursos humanos e materiais associados às grandes áreas da Engenharia e das Ciências Aplicadas. As actividades geradas nos Departamentos são apoiadas por uma estrutura de Serviços.

Ensino

A FEUP oferece 9 licenciaturas (5 anos), cerca de 30 mestrados e 12 áreas e programas de doutoramento.

No ano lectivo de 2005/2006, inscreveram-se aproximadamente 5 200 alunos nas licenciaturas que a FEUP assegura e também nas licenciaturas em Ciência da Informação e Jornalismo e Ciências da Comunicação, realizadas em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Cerca de 60% dos alunos de licenciatura são provenientes do distrito do Porto, 80% da Região Norte e 14% da Região Centro, verificando-se uma cada vez menor dependência do distrito do Porto. O número de alunos estrangeiros tem vindo a aumentar ao longo dos anos, tendo-se inscrito 167 em 2005/2006.

Dos alunos que concretizaram a primeira matrícula na FEUP em 2005/2006, 77% tinham o respectivo curso como 1.ª opção, verificando-se que a FEUP foi uma das melhores escolas nacionais em termos da qualidade dos alunos captados, medida pela classificação de acesso do último colocado nos vários cursos. Saliente-se que somente 1 em cada 3,5 alunos que concorrem à FEUP, aqui consegue colocação. Em 2005 concluíram a licenciatura 532 alunos, sendo que cerca de 73% o conseguem fazer em 6 ou menos anos, 41% dos quais encontra emprego mesmo antes de concluir e 83% estão empregados ao fim de 2 a 4 meses.

O Projecto FEUP (SoAp/MaFiQui), que tinha sido lançado no ano lectivo de 2004/2005, passou, neste ano lectivo, de uma experiência piloto para uma aplicação generalizada a todos os alunos do 1.º ano de todas as licenciaturas da FEUP. O Projecto FEUP é constituído por duas vertentes: SoAp, Socialização e Aprendizagem, que tem como objectivo integrar os novos alunos de 1.º ano e promover o desenvolvimento de novas competências, e MaFiQui, que tem como objectivo eliminar falhas de conhecimento trazidas do ensino secundário, no âmbito da Matemática, Física e Química, e homogeneizar o nível de conhecimentos à entrada.

Todos os cursos de licenciatura da FEUP são alvo de avaliação externa por parte da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP). De 2001 até à presente data, os resultados das avaliações efectuadas aos diversos cursos de licenciatura foram francamente positivos e elogiosos nos vários critérios de apreciação. Todos os cursos da FEUP foram também acreditados pela Ordem dos Engenheiros pelo período máximo de 6 anos. Essa acreditação permite que todos os licenciados FEUP estejam dispensados de realizar o "Exame à Ordem".

Ao longo de todo o seu percurso escolar, e também na vida profissional, os alunos da FEUP são seguidos e apoiados. Para tal, a FEUP mantém uma unidade de aconselhamento e consulta psicológica, organiza formação nas áreas comportamentais e relacionais, apoia os processos de recrutamento e selecção e promove o empreendedorismo e a criação de empresas.

A FEUP estimula o mérito e premeia-o, atribuindo bolsas a alunos de licenciatura com médias acima de 18 valores.

Relativamente ao 2.º e 3.º ciclos, o número de alunos inscritos foi de 800 e 400, respectivamente. Foram realizadas durante esse ano 120 provas de mestrado e 52 provas de doutoramento.

Para além dos diversos mestrados que decorrem habitualmente na FEUP, no ano lectivo de 2005/2006 iniciou-se o Mestrado em Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais (MESH/O), que tem como objectivo formar quadros superiores, detentores das competências e capacidades necessárias para desenvolver, coordenar e controlar as actividades de prevenção e protecção contra riscos profissionais nos diversos sectores da actividade económica.

Em 2005 iniciou-se o Doutoramento em Gestão e Engenharia Industrial (DGEI), que tem por objectivo proporcionar aos estudantes aptidões para desenvolver novos métodos e técnicas de gestão e engenharia industrial para a decisão de processos, de modo a responder às necessidades presentes e futuras das organizações, e o Programa de Doutoramento em Engenharia Informática (PRODEI), que visa promover, nos seus alunos, a excelência e a investigação em tópicos da Engenharia Informática, com ênfase para os seus fundamentos teóricos.

A FEUP aderiu com entusiasmo ao processo de Bolonha, com o objectivo de o implementar no ano lectivo de 2006/2007. No âmbito do Conselho Científico foi decidido optar pelo modelo de mestrados integrados e as propostas dos novos cursos foram elaboradas e amplamente discutidas e avaliadas internamente para serem seguidamente enviadas ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior para aprovação.

Constituindo a formação contínua uma das maiores actividades das universidades no futuro, a FEUP, à semelhança de anos anteriores, tem vindo a apostar de forma continuada no desenvolvimento e divulgação de acções de formação em que o público-alvo são licenciados em Engenharia já com alguns anos de experiência de trabalho, sendo de 20 092 o número de horas de formação e envolvendo 354 formandos. Tanto o número dos cursos oferecidos como o número de inscrições tem vindo a aumentar, devido com certeza ao esforço que vem sendo desenvolvido na adaptação das propostas de formação às necessidades dos profissionais de engenharia e das empresas.

Investigação, Desenvolvimento e Extensão Universitária

A qualidade da actividade de investigação e de desenvolvimento realizada na FEUP é o motor para a melhoria contínua no ensino. Cerca de 80% dos docentes e investigadores da FEUP realiza a sua investigação em institutos de interface e unidades de investigação com financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a maioria dos quais classificados com "muito bom" ou "excelente". Espelho dessa actividade são os prémios atribuídos em 2005 a vários docentes e alunos da FEUP, tais como o 2.º lugar do "Prémio Jovem Investigador 2004", o "Prémio BES Inovação" na categoria "Processos Industriais", o "Prémio Científico APDF 2005" e o "Prémio SECIL/Universidades 2005", na categoria Engenharia Civil. Outros docentes receberam prémios, atribuídos por publicações relevantes para a respectiva área de conhecimento.

Para além da investigação fundamental, os docentes da FEUP lideram e participam em projectos com a indústria, serviços e com a administração pública. No período correspondente aos três últimos anos, a FEUP foi contratada por empresas e instituições para a realização de 238 serviços de transferência de tecnologia e consultadoria, 59 em 2003 e 91 em 2005.

Esta área de cooperação com o meio empresarial e institucional tem vindo a crescer em número e valor médio dos contratos, apesar do contexto económico desfavorável.

O reconhecimento que vem sendo obtido pela FEUP, devido ao sucesso dos projectos realizados, tem implicado um aumento da actividade nesse domínio.

A produção científica medida pelo número de artigos publicados em revistas referenciadas pelo ISI passou de 220 em 2003 para 305 em 2005, representando actualmente cerca de 0,97 artigos/ETI (docente e investigador doutorado) e por ano.

Entre 2003 e 2005 foram concedidas 7 patentes nacionais, 1 internacional e requerida 1 Europeia, com autoria de docentes e investigadores da FEUP.

Nos últimos quatro anos (2002 a 2005) foram realizados 10 spin-offs com base em tecnologias desenvolvidas por docentes e investigadores da FEUP.

A produção científica média tem já uma expressão interessante que importa continuar a melhorar, sendo no entanto indispensável aumentar mais rapidamente o número de patentes anualmente requeridas, dada a importância desta área de serviços na competitividade internacional da FEUP e do país.

Recursos Humanos

Os custos totais com recursos humanos em 2005 foram de 26,4M Euros, correspondendo a um crescimento em quatro anos de 9% (cerca de 2,25% ao ano), essencialmente devido a promoções e aumentos da função pública.

A continuidade na política de contenção na contratação de recursos humanos com vínculo definitivo, em que as tarefas de carácter mais esporádico são preferencialmente realizadas por funcionários com vínculo mais flexível e temporário, apresenta um crescimento inferior ao das actividades desenvolvidas, com consequentes ganhos de produtividade.

No que diz respeito ao pessoal docente e investigador, no ano de 2005 operámos com 418 ETI (equivalente a tempo integral), 110 ETI abaixo do valor máximo permitido pelos ráncios da tutela.

Quanto à qualificação do corpo docente e investigador, em 2002 tínhamos cerca de 68% com doutoramento e em 2005, este valor era já de 75%.

No pessoal não docente operámos com 229 funcionários do quadro e 66 com outros tipos de contrato, bastante abaixo dos 395 que poderíamos contratar.

No sentido de melhor qualificar os nossos recursos humanos, em 2005 foram frequentadas 77 acções de formação, num total de 5 209 horas.

Actividades Culturais, Sociais e Desportivas

Em 2005, tal como em anos anteriores, o CulturFEUP – Comissariado Cultural da FEUP continuou a desempenhar o seu papel e a dar o seu contributo para o desenvolvimento pessoal e cultural de toda a comunidade FEUP. Para esse fim, organizou diversos eventos, com grande participação da comunidade FEUP e exterior, tais como espectáculos de música, exposições, debates e cursos de artes.

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco

POC-E Activo	2005			2004		Unidade monetária: Euro	
	AB	AP	AL	AL	AL		
Imobilizado:							
Imobilizações incorpóreas:							
433 Propriedade Industrial e outros direitos	10.448,81	0,00	10.448,81			6.006,20	
435 Aplicações informáticas	576.044,34	489.263,54	86.780,80			127.714,09	
443 Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	19.434,45		19.434,45				
	<u>605.927,60</u>	<u>489.263,54</u>	<u>116.664,06</u>			<u>133.720,29</u>	
Imobilizações corpóreas:							
421 Terrenos e recursos naturais	23.608.500,00		23.608.500,00				
422 Edifícios e outras construções	57.516.240,67	3.578.625,68	53.937.614,99			53.354.687,91	
423 Equipamento básico	11.981.761,57	8.984.383,02	2.997.378,55			3.181.141,04	
424 Equipamento de transporte	45.633,34	19.127,92	26.505,42			10.330,63	
425 Ferramentas e utensílios	40.184,74	22.413,30	17.771,44			17.407,15	
426 Equipamento administrativo	8.277.846,14	5.855.527,62	2.422.318,52			2.833.498,35	
428 Livros e Publicações	1.425.037,35		1.425.037,35			1.200.049,43	
429 Outras imobilizações corpóreas	453.707,00	307.742,85	145.964,15			132.375,70	
442 Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	695.686,64		695.686,64			121.323,84	
	<u>104.044.597,45</u>	<u>18.767.820,39</u>	<u>85.276.777,06</u>			<u>60.850.814,05</u>	
Investimentos financeiros							
411 Partes de Capital	152.139,37		152.139,37			149.639,37	
	<u>152.139,37</u>	<u>0,00</u>	<u>152.139,37</u>			<u>149.639,37</u>	
Circulante:							
Existências:							
36 Matérias	126.474,28		126.474,28			152.801,08	
	<u>126.474,28</u>	<u>0,00</u>	<u>126.474,28</u>			<u>152.801,08</u>	
Dívidas de terceiros – Curto prazo							
211 Clientes, c/c	1.271.530,91		1.271.530,91			733.200,48	
229 Adiantamentos a Fornecedores	4.304,80		4.304,80			4.304,80	
24 Estado e outros entes públicos	3.430,75		3.430,75			8.355,96	
26 Outros devedores	54.647,97		54.647,97			69.380,85	
Depósitos em instituições financeiras e caixa							
12 Depósitos em instituições financeiras	14.866.501,53		14.866.501,53			14.306.780,07	
11 Caixa	1.475,34		1.475,34			34.935,72	
	<u>16.201.891,30</u>	<u>0,00</u>	<u>16.201.891,30</u>			<u>15.156.957,88</u>	
Acréscimos e diferimentos							
271 Acréscimos de proveitos	50.482,86		50.482,86			0,00	
272 Custos diferidos	57.861,17		57.861,17			16.951,81	
	<u>108.344,03</u>	<u></u>	<u>108.344,03</u>			<u>16.951,81</u>	
Total de amortizações		19.257.083,93					
Total de provisões		0,00					
Total do activo	121.239.374,03	19.257.083,93	101.982.290,10			76.460.884,48	

POC-E Fundos próprios e passivo	2005		2004		Unidade monetária: Euro	
	AB	AP	AL	AL		
Fundos próprios						
51 Património	35.920.180,86		12.298.222,98			12.298.222,98
	<u>35.920.180,86</u>		<u>12.298.222,98</u>			<u>12.298.222,98</u>
Reservas:						
576 Doações	48.954,58		46.380,08			46.380,08
	<u>48.954,58</u>		<u>46.380,08</u>			<u>46.380,08</u>
59 Resultados transitados	5.761.197,17		1.817.718,48			1.817.718,48
88 Resultado líquido do exercício	3.774.029,05		3.943.478,69			3.943.478,69
	<u>9.535.226,22</u>		<u>5.761.197,17</u>			<u>5.761.197,17</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo						
221 Fornecedores c/c	31.873,24		11.273,08			11.273,08
227 Fornecedores c/c-cauções	2.145,50		5.618,44			5.618,44
252 Credores pela execução do orçamento						
24 Estado e outros entes públicos	107.959,54		88.194,11			88.194,11
26 Outros credores	45.438,66		30.033,03			30.033,03
29 Provisões	15.000,00		15.000,00			15.000,00
	<u>202.416,94</u>		<u>150.118,66</u>			<u>150.118,66</u>
Acréscimos e diferimentos:						
273 Acréscimos de custos	40.186,44		28.811,59			28.811,59
274 Proveitos diferidos	56.235.325,06		58.176.154,00			58.176.154,00
	<u>56.275.511,50</u>		<u>58.204.965,59</u>			<u>58.204.965,59</u>
Total dos fundos próprios e passivo	101.982.290,10		76.460.884,48			76.460.884,48

Demonstração dos Resultados por Natureza

		Unidade monetária: Euro			
POC-E	Custos e perdas	2005		2004	
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	167.781,99	167.781,99	207.398,88	207.398,88
62	Fornecimentos e serviços externos	5.175.189,52		4.772.094,25	
641+642	Custos com o pessoal:				
643 a 648	Remunerações	25.854.384,82		24.547.492,16	
649	Encargos sociais	466.819,90		422.525,20	
	Outros	37.403,02		38.493,85	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	2.493.022,71	34.026.819,97	2.895.843,50	32.676.448,96
67	Amortizações do exercício	3.776.782,17		3.844.243,87	
65	Provisões do exercício	0,00	3.776.782,17	0,00	3.844.243,87
	Outros custos e perdas operacionais (A)	410.611,42	410.611,42	489.319,07	489.319,07
			38.381.995,55		37.217.410,78
69	Custos e perdas financeiras (C)	16.725,42	16.725,42	15.056,99	15.056,99
			38.398.720,97		37.232.467,77
	Custos e perdas extraordinárias (E)	62.613,26	62.613,26	110.134,73	110.134,73
88			38.461.334,23		37.342.602,50
	Resultado líquido do exercício		3.774.029,05		3.943.478,69
			42.235.363,28		41.286.081,19

Mapa de Execução Orçamental - Fluxos de Caixa Recebimentos

		Unidade monetária: Euro			
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR					
Execução orçamental - Fundos Próprios					
	De dotações orçamentais (OE)	154.002,51		154.002,51	
	De receitas próprias				
	Na posse do serviço	14.175.867,64	14.175.867,64	14.329.870,15	
	De receita do Estado - Fundos Alheios			-6.748,14	
	De operações de tesouraria - Fundos Alheios			29.843,44	
I	Total do Saldo de Gerência na posse do serviço			14.352.965,45	
RECEITAS DE FUNDOS PRÓPRIOS					
Dotações Orçamentais (OE)					
	Correntes	25.403.399,00	25.403.399,00		
	Capital	498.798,00	498.798,00	25.902.197,00	
	Receitas próprias				
	Correntes	12.725.693,19	12.725.693,19		
	Capital	112.362,75	112.362,75	12.838.055,94	
II	Total das Receitas de Fundos Próprios			38.740.252,94	
	Total das Receitas do Exercício (I+II)			53.093.218,39	
III	Total Recebido do Tesouro em c/ Receitas Próprias			0,00	
IV	Total Recebimentos do exercício (I+II+III)			53.093.218,39	
Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades - Fundos Alheios					
	Receitas do Estado	5.924.656,67		8.880.919,36	
	Operações de tesouraria	2.956.262,69	8.880.919,36	8.880.919,36	
V	Total das Retenções de Fundos Alheios			8.880.919,36	
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V)			61.974.137,75	

		Unidade monetária: Euro			
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas de mercadorias	41.193,56		55.745,67	
712	Prestações de serviços	3.059.280,53	3.100.474,09	2.876.459,13	2.932.204,80
72	Impostos e taxas	4.777.993,64		4.596.391,76	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	90.226,11		156.588,42	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	29.867.109,96		29.414.937,80	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	6.881,92	34.742.211,63	1.757,28	34.169.675,26
			37.842.685,72		37.101.880,06
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)	333.530,37	333.530,37	166.129,00	166.129,00
			38.176.216,09		37.268.009,06
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)	4.059.147,19	4.059.147,19	4.018.072,13	4.018.072,13
			42.235.363,28		41.286.081,19
	Resumo		2005		2004
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		-539.309,83		-115.530,72
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		316.804,95		151.072,01
	Resultados correntes: (D)-(C)=		-222.504,88		35.541,29
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		3.774.029,05		3.943.478,69

Pagamentos

		Unidade monetária: Euro			
DESPESAS DE FUNDOS PRÓPRIOS					
Despesas orçamentais (OE)					
	Correntes	25.541.931,39	25.541.931,39		
	Capital	406.531,28	406.531,28	25.948.462,67	
I	Total da Despesa por c/ OE				25.948.462,67
Despesas orçamentais com compensação em receita Própria e com ou sem transição de saldos					
	Correntes	9.523.457,58	9.523.457,58		
	Capital	2.741.685,47	2.741.685,47	12.265.143,05	
II	Total de Despesa por c/ Receitas Próprias				12.265.143,05
	Total da Despesa do Exercício I+II				38.213.605,72
III	Total da entrega ao Tesouro em c/ Receitas Próprias				0,00
IV	Total de Pagamentos do exercício (I+II+III)				38.213.605,72
Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Fundos Alheios:					
	Receita do Estado			5.920.028,37	
	Operações de tesouraria			2.966.473,38	
V	Total da Despesa de Fundos Alheios			8.886.501,75	
Saldo para a gerência seguinte					
Execução orçamental - Fundos Próprios					
	De dotações orçamentais (OE)				
	Na posse do serviço	107.736,84	107.736,84		
	De receitas próprias				
	Na posse do serviço	14.748.780,53	14.748.780,53	14.856.517,37	
	De receita do Estado - Fundos Alheios			-5.926.776,51	
	De operações de tesouraria - Fundos Alheios			5.944.289,42	
	Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro				
	Receita do Estado				
VI	Total do Saldo da Gerência na posse do Serviço			14.874.030,28	
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V+VI)			61.974.137,75	

III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Identificação

Designação: FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Endereço: RUA DR. ROBERTO FRIAS S/Nº | 4200 - 465 PORTO
Classificação Orgânica: 104110450100
Tutela: Ministério da Ciência e do Ensino Superior
Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

1.2 - Legislação

Por decreto de 13 de Janeiro de 1837, foi criada no Porto a Academia Politécnica, que tinha como missão formar engenheiros, oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábrica e artistas.

Por decreto de 21 de Julho de 1885, foram organizados cursos de Engenharia de Obras Públicas, de Minas e Industrial, bem como o curso superior de Comércio, todos com 6 anos, sendo 4 de preparatórios e 2 de especialização.

A Academia preparava alunos também para as Escolas do Exército, Naval, de Medicina e Farmácia. Após a implantação da República, o primeiro governo efectuou uma reforma do ensino superior, reformando a Universidade de Coimbra e criando em Lisboa e no Porto duas novas Universidades, com autonomia pedagógica e administrativa.

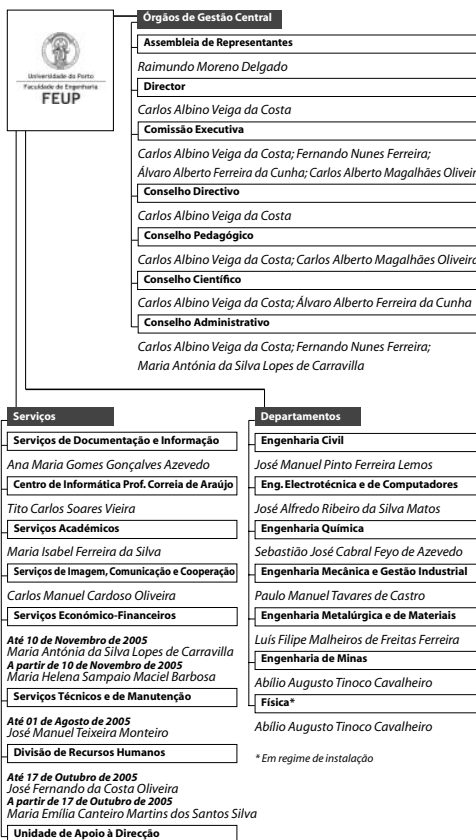
Por esta reforma, a Academia Politécnica, primeiro estabelecimento de ensino de Engenharia do País, foi transformada em Faculdade de Ciências, a qual ficou anexa à Escola de Engenharia. Esta situação provocou os protestos dos professores do Porto, pela boca dos representantes da cidade, o que conduziu à publicação da Lei n.º 410 de 1915, que transformou a Escola de Engenharia, anexa à Faculdade de Ciências, em Faculdade Técnica com autonomia própria. Esta mesma lei determinou a divisão dos cursos de Engenharia em Civil, Minas, Mecânica, Electrotécnica e Químico-Industrial.

A organização destes cursos foi corrigida por legislação publicada em 30 de Novembro de 1918 e 29 de Janeiro de 1921. O Decreto n.º 18 739 de 26 de Julho de 1930 fixou a organização dos cursos do que, então, se passou a designar Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Em 1988, a publicação da lei de Autonomia Universitária veio permitir que a Faculdade de Engenharia aprovasse os seus primeiros estatutos, onde foi fixada a sua autonomia administrativa, financeira, pedagógica e científica.

A Faculdade rege-se ainda pelas leis que regulam o Ensino Superior.

1.3 - Estrutura Organizacional efectiva



Organograma incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização, e eventuais notas complementares

1.4 - Descrição sumária das actividades

As actividades da FEUP são fundamentalmente o ensino e a investigação & desenvolvimento e a sua descrição pormenorizada encontra-se no relatório de gestão.

1.5 - Recursos Humanos

Os responsáveis pela direcção da entidade são os seguintes:

Assembleia de Representantes
Prof. Doutor Raimundo Moreno Delgado (Presidente)
Prof. Doutor António Torres Marques (Vice-Presidente)

Conselho Directivo

Prof. Doutor Carlos Albino Veiga da Costa (Director)
Prof. Doutor Fernando Nunes Ferreira (Sub-Director)
Prof. Doutor Álvaro Alberto de Matos Ferreira da Cunha
Prof. Doutor Carlos Alberto Magalhães Oliveira
Maria de Fátima Reis Araújo
Tito Carlos Soares Vieira
Francisco Alexandre Carvalho Pinheiro Vieira
Joana Isabel Bernardo Leitão Teixeira
José Carlos Loureiro Múrias
Rui André Boas Novas Almeida Teixeira
Conselho Científico
Prof. Doutor Carlos Albino Veiga da Costa (Presidente)
Prof. Doutor Álvaro Alberto de Matos Ferreira da Cunha (Vice-Presidente)
Conselho Pedagógico
Prof. Doutor Carlos Albino Veiga da Costa (Presidente)
Prof. Doutor Carlos Alberto Magalhães Oliveira (Vice-Presidente)
Conselho Administrativo
Prof. Doutor Carlos Albino Veiga da Costa (Presidente)
Prof. Doutor Fernando Nunes Ferreira
Prof.ª Doutora Maria Antónia da Silva Lopes de Carravilla

1.6 - Organização Contabilística

Os Serviços Económico-Financeiros são únicos e organizados de forma centralizada. Integram a Divisão de Contabilidade e Orçamento, a Divisão de Prestação de Contas de Projectos, a Unidade de Economato e Património e ainda a Tesouraria.

Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema integrado, o qual inclui a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica.

O sistema informático utilizado é baseado numa plataforma de base de dados Oracle e num sistema integrado de módulos aplicativos, englobando as diferentes áreas, o qual funciona em ambiente Windows.

A contabilidade orçamental geral é efectuada em total concordância com a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica, encontrando-se ambas integradas no mesmo sistema, pelo que não é efectuada com recurso a quaisquer registos paralelos.

O mesmo sistema permite ainda o registo de todas as operações, discriminando a sua fonte de financiamento bem como a especificação de classificações de despesa e receita alternativas, no caso de tal ser necessário pela imposição de prestação de contas a entidades financiadoras, utilizando critérios diversos resultantes do Plano de Contas em vigor e do Classificador Público de Despesas e Receitas.

No sistema contabilístico em vigor, e para o ano de 2005, apenas foram produzidas regularmente informações relativas à execução orçamental.

Como já foi anteriormente referido, não existe descentralização contabilística.

1.7 - Outra informação considerada relevante

O Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC-E) prevê a possibilidade de criação de sub-entidades contabilísticas por motivos organizativos ou de gestão.

A Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) dispõe de autonomia administrativa e financeira e presta contas de forma autónoma, pelo que as presentes contas não podem ser consideradas como resultantes da criação de qualquer sub-entidade contabilística.

A Faculdade de Engenharia faz parte do Grupo Público Universidade do Porto.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POC - Educação, sendo que aquelas cuja numeração não existe não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras. Todos os valores encontram-se expressos em euros.

1. As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2005 da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto foram efectuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria nº. 794/ 2000 de 20 de Setembro.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da FEUP, mantidas de acordo com os Princípios da Contabilidade definidos no POC-Educação.

Com excepção das situações que de seguida se discriminam, o Princípio do Custo Histórico foi aplicado aos registos contabilísticos efectuados. Após um extenso programa de inventariação de todos os bens existentes, tornou-se impossível, por motivos vários, a obtenção de forma consistente da documentação de suporte à sua aquisição, cedência ou doação. Assim, para os casos em que não foi possível a obtenção do custo histórico, procedeu-se à sua determinação através dos critérios previstos no POC - Educação. Das Demonstrações Financeiras foram excluídos, por dificuldades técnicas da sua valorização, os bens de museu, livros e outros materiais similares existentes e adquiridos até 31/12/2001. Em todas as restantes operações materialmente relevantes não foram derogadas nenhuma disposições do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação.

2. No ano económico de 2004, tal como no presente exercício económico, a FEUP elaborou e apresentou as suas contas de acordo com o POC - Educação, pelo que não existem quaisquer limitações à comparabilidade.

3. No exercício económico de 2005 foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos:

a) Imobilizações Corpóreas

i - Os bens adquiridos no presente ano encontram-se valorizados ao custo histórico.

ii - Os bens adquiridos até 31/12/2000, para os quais não foi possível obter o custo histórico, foram valorizados pelos critérios previstos no POC - Educação.

iii - O cálculo das amortizações foi efectuado com base nas taxas definidas na Portaria nº. 671/2000 de 17 de Abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE).

b) Existências

O critério valorimétrico utilizado nas existências foi o do custo médio.

c) Especialização de custos

A FEUP registou os seus Custos e Proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas sido registadas nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos.

d) Subsídios

As transferências de capital obtidas do Orçamento de Estado ou outras entidades foram registadas na rubrica de Proveitos Diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respectivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

e) Férias e Subsídios de Férias

A FEUP não registou a responsabilidade pelo pagamento das férias e subsídio de férias dos funcionários pagos por transferências correntes do Estado Português (Orçamento de Estado), por ser entendimento do Conselho Administrativo que a mesma está prevista e é coberta pelo Orçamento de Estado no exercício em que estes são liquidados. Este procedimento baseia-se ainda no facto dos proveitos correntes contabilizados e resultantes das transferências orçamentais recebidas serem determinados numa base de caixa, visando garantir as despesas incorridas, e não os custos suportados.

4. A conversão para euros dos valores expressos originalmente em outras divisas foi efectuado à cotação em vigor à data das operações.

7. Os movimentos das contas do activo imobilizado constantes do balanço e das respectivas amortizações e provisões constam do quadro que se segue:

Imobilizado

Instituição: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Ano: 2005

Rubricas	Unidade monetária: Euro			
	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
De Imobilizações Incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	6.006,20	4.442,61		10.448,81
Aplicações informáticas	508.290,43	68.035,73	(281,82)	576.044,34
Imobilizações em curso	0,00	19.434,45		19.434,45
	514.296,63	91.912,79	(281,82)	605.927,60
De Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	23.608.500,00		23.608.500,00
Edifícios e outras construções	57.160.139,82	356.100,86	(0,01)	57.516.240,67
Equipamento e material básico	11.005.460,09	1.126.390,40	(150.088,92)	11.981.761,57
Equipamento de transporte	24.712,44	20.920,90		45.633,34
Ferramentas e utensílios	32.134,85	8.049,89		40.184,74
Equipamento administrativo	7.183.278,41	1.122.622,73	(28.055,00)	8.277.846,14
Livros e publicações	1.200.049,43	224.987,92		1.425.037,35
Outras imobilizações corpóreas	384.268,59	69.928,91	(490,50)	453.707,00
Imobilizações em curso	121.323,84	604.000,05	(29.637,25)	695.686,64
	77.111.367,47	27.141.501,66	(208.271,68)	104.044.597,45
De Investimentos Financeiros:				
Partes de capital	149.639,37	2.500,00		152.139,37
	149.639,37	2.500,00	0,00	152.139,37

Amortizações e Provisões

Instituição: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Ano: 2005

Rubricas	Unidade monetária: Euro			
	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
De Imobilizações Incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	380.576,34	108.865,67	(178,47)	489.263,54
	380.576,34	108.865,67	(178,47)	489.263,54
De Imobilizações Corpóreas:				
Edifícios e outras construções	3.805.451,91	719.019,05	(945.845,28)	3.578.625,68
Equipamento e material básico	7.824.319,05	1.350.719,41	(190.655,44)	8.984.383,02
Equipamento de transporte	14.381,81	4.746,11		19.127,92
Ferramentas e utensílios	14.727,70	7.685,60		22.413,30
Equipamento administrativo	4.349.780,06	1.529.684,27	(23.936,71)	5.855.527,62
Outras imobilizações corpóreas	251.892,89	56.062,06	(212,10)	307.742,85
	16.260.553,42	3.667.916,50	(1.160.649,53)	18.767.820,39

8. No ano de 2005 foram efectuadas amortizações extraordinárias no montante de 4.314,05 euros.

A distribuição das amortizações extraordinárias por rubricas de imobilizado foi a que consta do quadro que se segue:

Unidade monetária: Euro	
Rubricas	A.E.
De Imobilizações Incorpóreas:	
Licenças de Software	103,35
De Imobilizações Corpóreas:	
Equipamento e material básico	474,56
Equipamento administrativo	3.457,74
Outras imobilizações corpóreas	278,40
	4.314,05

No ano de 2005 foram efectuados abates de bens de imobilizado corpóreo, aos quais correspondeu uma diminuição de activos brutos e correspondentes amortizações acumuladas no montante de 219.296,77 euros. A distribuição dos montantes abatidos por rubricas de imobilizado foi a que consta do quadro que se segue:

Unidade monetária: Euro	
Rubricas	Activo Bruto
De Imobilizações Incorpóreas:	
Licenças de Software	281,82
De Imobilizações Corpóreas:	
Equipamento e material básico	191.130,00
Equipamento administrativo	27.394,45
Outras imobilizações corpóreas	490,50
	219.296,77

No exercício de 2005 foram recebidos por doação bens no montante de 2.574,50 euros, os quais acresceram ao património por contrapartida de reservas.

13. O valor contabilístico e a discriminação por rubrica do activo imobilizado dos bens em regime de locação financeira é a que se segue:

Unidade monetária: Euro			
Rubrica	Activo Bruto	Amort. Acumuladas	Activo Líquido
Equipamento Administrativo	18.361,54	8.100,62	10.260,92

14. Os bens de museu, livros e materiais similares existentes na FEUP e adquiridos até 31/12/2001 não foram incluídos nas demonstrações financeiras por dificuldades técnicas da sua valorização. A totalidade destes bens encontra-se, porém, inventariada.

16. A FEUP detém partes de capital nas seguintes entidades:

INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

Rua do Barroco, 174

4465 - 591 Leça do Balio

INESC PORTO

Praça da República, 93 R/C

4050-497 Porto

FLUIDINOVA, Engenharia de Fluidos, SA

TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia

Rua Engº Frederico Ulrich, 2650

4470-605 Moreira da Maia

O valor das partes de capital detidas incluídas nas demonstrações financeiras é a seguinte:

INEGI - 49.879,79 euros

INESC - 99.759,58 euros

FLUIDINOVA - 2.500,00 euros

O valor dos capitais próprios e do resultado das entidades participadas foi, no exercício de 2005, de:

Unidade monetária: Euro		
Entidade	Capitais próprios	Resultados líquidos
INEGI	2.339.013,00	268.738,00
INESC	555.763,30	11.906,05
FLUIDINOVA	85.000,00	(35.816,00)

26. Não existem dívidas ao Estado nem à Segurança Social em situação de mora.

32. Os movimentos ocorridos nas contas da Classe 5 - «Fundo Patrimonial», constantes no balanço, foram os seguintes:

A conta 51 - Património foi creditada pelo valor de 23.621.957,88 Euros resultante de:

Contabilização do valor do terreno	23.608.500,00 Euros
Avaliação do imobilizado corpóreo	12.304,98 Euros
Regularizações efectuadas no valor do imobilizado	1.152,90 Euros

A conta 576 - Doações foi creditada por 2.574,50 euros relativos a doações de imobilizado.

A conta 59 - Resultados Transitados foi creditada pelo resultado líquido do ano anterior, no montante de 3.943.478,69 euros.

33. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Instituição: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Ano: 2005

Unidade monetária: Euro			
Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
	Existências Iniciais		152.801,08
	Compras		168.674,94
	Regularização de existências		(27.219,75)
	Existências finais		(126.474,28)
	Custos no Exercício		167.871,99

35. A repartição do valor das vendas e prestações de serviços foi a seguinte:

Unidade monetária: Euro	
Vendas	
Mercadorias	14.317,13
Livros e publicações	24.095,91
Material promocional	2.780,52
	41.193,56

Unidade monetária: Euro	
Prestações de Serviços	
Serviços de ensino	236.730,85
Realização de análises clínicas	63.620,74
Realização de trabalhos gráficos	31.933,29
Serviços prestados ao exterior	2.561.566,57
Serviços diversos	165.429,08
	3.059.280,53

37. Demonstração dos resultados financeiros

Instituição: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Ano: 2005

Unidade monetária: Euro			
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2005	2004
681	Juros suportados	1.045,51	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.224,16	1.392,62
688	Outros custos e perdas financeiros	13.455,75	13.664,37
	Resultados financeiros	316.804,95	151.072,01
		333.530,37	166.129,00

Unidade monetária: Euro

Unidade monetária: Euro			
Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2005	2004
781	Juros obtidos	332.878,70	163.552,93
785	Diferenças de câmbio favoráveis	651,67	2.576,07
788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		333.530,37	166.129,00

38. Demonstração dos resultados extraordinários

Instituição: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Ano: 2005

Unidade monetária: Euro			
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2005	2004
693	Perdas em existências	30.262,78	
694	Perdas em imobilizações	4.314,05	13.669,32
695	Multas e penalidades	299,26	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.546,10	74.187,66
698	Outros custos e perdas extraordinários	26.191,07	22.277,75
	Resultados extraordinários	3.997.533,93	3.907.937,40
		4.059.147,19	4.018.072,13

Unidade monetária: Euro

Unidade monetária: Euro			
Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2005	2004
793	Ganhos em existências	2.686,59	
794	Ganhos em imobilizações		1.197,67
795	Benefícios de penal. contratuais		
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	118.502,15	25.963,31
798	Outros prov. e ganhos extraordinários	3.937.958,45	3.990.911,15
		4.059.147,19	4.018.072,13

39. Os movimentos ocorridos nas rubricas de acréscimos e diferimentos são os que de seguida se discriminam:

Unidade monetária: Euro

Acréscimos de proveitos	
Saldo Inicial	0,00
Regularização do saldo do ano anterior	0,00
Movimentos do exercício	
Juros	50.482,86
Saldo Final	50.482,86

Custos diferidos	
Saldo Inicial	16.951,81
Regularização do saldo do ano anterior	16.951,81
Movimentos do exercício	
Conservação e Reparação	74,80
Seguros	197,00
Licenças	57.589,37
Saldo Final	57.861,17

Acréscimos de custos

Saldo Inicial	28.811,59
Regularização do saldo do ano anterior	28.811,59
Movimentos do exercício	
Electricidade	22.390,68
Água	2.638,99
Comunicações	12.471,06
Combustíveis	1.811,70
Seguros	126,25
Conservação e Reparação	313,27
Impostos e taxas	434,49
Saldo Final	40.186,44

Proveitos diferidos

Saldo Inicial	58.176.154,00
Regularização do saldo do ano anterior	(632.271,63)
Movimentos do exercício	
Propinas	710.081,73
Transferências de capital	498.798,00
Regularização (rectificação do valor do edifício)	1.089.267,36
Regularização pela contabilização da amortização dos bens subsidiados	(3.606.704,40)
Saldo Final	56.275.511,50

40. A divergência entre o Total do Saldo de Gerência na posse do Serviço e as disponibilidades que constam do balanço explica-se da seguinte forma:

Saldo de Disponibilidades:	14.867.976,87 Euros
Adiantamentos	6.053,31 Euros
Total do Saldo de Gerência na posse do Serviço	14.874.030,18 Euros



1. Introdução

Numa apreciação global, e para 2005, verifica-se, relativamente ao ano anterior, uma diminuição da captação de financiamento próprio, diminuição essa compensada pelo ligeiro aumento do nível de financiamento público, o que indicia, numa primeira análise, que a FEUP manteve uma situação financeira estável e idêntica à do ano anterior.

Manteve-se, no ano de 2005, a interpretação da designada "regra do equilíbrio orçamental", em nome do entender violadora da Lei da Autonomia das Universidades e da própria Lei de Enquadramento do OE, ao não permitir a existência de alterações orçamentais com aumento de despesa suportada por saldos de gerência.

Esta situação deve ser considerada na análise das Demonstrações Financeiras, uma vez que a situação financeira real é apenas a que resulta do orçamento anual, e não a espelhada por aquelas, uma vez que não é possível a utilização de todos os saldos e excedentes gerados em anos anteriores.

Este constrangimento afecta em particular todas as políticas de carácter plurianual.

Importa assim analisar a estrutura de custos e proventos, bem como o financiamento da actividade resultante do orçamento anual e, nomeadamente, a sua composição.

Financiamento da actividade

A estrutura de financiamento da FEUP é a seguinte:

	2005		2004		2003	
Unidade monetária: Euro						
ORÇAMENTO DE ESTADO						
Transferências Correntes	25 403 399,00	65,76%	23 808 217,00	61,21%	25 283 806,00	70,85%
Transferências de Capital	498 798,00	1,29%	456 000,00	1,17%	498 798,00	1,40%
Total	25 902 197,00	67,06%	24 264 217,00	62,38%	25 782 604,00	72,25%
RECEITAS PRÓPRIAS						
Propinas	4 499 528,67	11,65%	5 039 341,83	12,96%	2 749 501,80	7,70%
Vendas e Prestações de Serviços	3 004 377,99	7,78%	3 449 912,03	8,87%	2 874 544,41	8,06%
Transferências Públicas	3 100 795,74	8,03%	4 027 283,45	10,35%	1 673 293,97	4,69%
Transferências Privadas	251 686,05	0,65%	173 446,71	0,45%	80 398,32	0,23%
Transferências do Exterior	976 096,66	2,53%	1 258 230,79	3,23%	1 964 085,83	5,50%
Outras Receitas	610 812,24	1,58%	521 442,96	1,34%	374 008,01	1,05%
Juros	282 395,84	0,73%	163 552,93	0,42%	188 023,58	0,53%
Total	12 725 693,19	32,94%	14 633 210,70	37,62%	9 903 855,92	27,75%
Total Geral	38 627 890,19		38 897 427,70		35 686 459,92	

A Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, enquanto Instituição de Ensino Superior Público, tem, como não podia deixar de ser, a sua principal fonte de financiamento nas transferências provenientes do Orçamento de Estado, correspondendo a cerca de 67% do total do financiamento obtido em 2005.

As transferências do Orçamento de Estado aumentaram 6,8% face ao ano anterior, repondo em termos absolutos o valor de 2003, sem considerar a taxa de inflação.

No entanto, e apesar desse aumento, verificou-se que o financiamento global se manteve praticamente inalterável, justificado pela diminuição das receitas próprias (13%), nomeadamente nas Transferências Públicas (23%), onde se incluem as transferências da Reitoria e do Prodep, que diminuíram, face ao ano anterior, 84% e 68%, respectivamente.

A rubrica "Vendas e Prestações de Serviços" apresenta, em 2005, uma diminuição de cerca de 14% face ao ano anterior, justificada sobretudo pela diminuição em 10% (236 mil euros) dos estudos, pareceres, projectos e consultadoria prestados pelo corpo docente e investigador da FEUP, e que representam cerca de 60% do total dessas receitas.

A rubrica "Transferências do Exterior" tem verificado diminuições consecutivas ao longo dos três anos em análise. Esta variabilidade é justificada pelo carácter ocasional destes fundos, que se destinam a financiar projectos de investigação.

2. Análise de Custos

Face à natureza da actividade desenvolvida, a análise de custos da FEUP deve ser efectuada, tal como em anos anteriores, separando de forma clara os custos com pessoal dos restantes custos de funcionamento.

No que se refere aos custos de funcionamento, com exclusão dos custos com pessoal e amortizações, verificou-se um crescimento ao longo dos três anos em análise, embora esse crescimento em 2005 tenha sido inferior ao verificado em 2004, demonstrando o esforço de contenção nas despesas por parte da FEUP.

A rubrica "Custos com Pessoal", e apesar da política de contenção que se tem seguido na contratação de recursos humanos, apresentou um aumento de 5,4%, tendo o peso destes nos custos totais aumentado (2%).

A rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" (FSE), cujo valor apresentado, no ano passado, se encontrava muito próximo do seu limite mínimo, verificou um aumento de 8,5% face ao ano anterior, justificado por um aumento das despesas com honorários (58%) e rendas e alugueres (117%), além de outras despesas que não dependem do essencial do nível da actividade, mas da dimensão da infra-estrutura, tais como electricidade, água, gás, limpeza, vigilância e segurança.

3. Análise dos Proventos

Os proventos operacionais totais tiveram um ligeiro crescimento (2%), justificado sobretudo pelas vendas e prestações de serviços (5,7%), e propinas (4%), encontrando-se estas incluídas na rubrica "Impostos e Taxas" (10%).

Pode dizer-se como conclusão que a FEUP, apesar de uma redução da captação de fontes alternativas de financiamento da sua actividade, conseguiu manter o nível de actividade do ano anterior.

4. Principais Indicadores

A evolução de alguns indicadores nos últimos três anos permite também uma análise da evolução da situação da FEUP.

	2005	2004	2003
Indicadores de Financiamento			
Financiamento OE / Financiamento Total	0,6706	0,6238	0,7225
Financiamento Público / Financiamento Total	0,7508	0,7273	0,7694
Financiamento Consignado / Financiamento Total	0,1047	0,1344	0,0997
Financiamento Corrente OE / Aluno (euros)	4,822	4,669	5,068
Indicadores de Custo			
Custos com Pessoal / Custos Totais	0,6853	0,6697	0,6729
Amortizações / Custos Totais	0,0982	0,1029	0,1105
Fornecimentos e Serviços / Custos Totais	0,1346	0,1278	0,1323
Indicadores de Investimento (exclui edifícios e terrenos)			
Invest. Equip. Básico + Invest. Equip. Administrat. / Imob. Bruto Equip. Básico + Imob. Bruto Equip. Administrat.	0,1022	0,1130	0,1044
Investimento Outras Imobilizações / Imobilizado Bruto Outras Imobilizações	0,1515	0,1410	0,2348
Investimento Total / Imobilizado Bruto	0,1048	0,1144	0,1107
Subsídios ao Investimento / Investimento Total	0,0175	0,2238	0,3311
Invest. Equip. Básico + Invest. Equip. Administrat. / Amort. Equip. Básico + Amort. Equip. Administrat.	0,7190	0,7571	0,5769
Investimento Outras Imobilizações / Amortizações Outras Imobilizações	0,9030	5,5125	1,1918
Investimento Total / Amortizações	0,9259	0,7580	0,6091
Indicadores de Proventos			
Proventos Correntes / Proventos Totais	0,9039	0,9027	0,8970
Vendas e Prestações de Serviços / Proventos Correntes	0,0812	0,0710	0,0645
Outros Indicadores			
Prazo médio de pagamentos (dias)	7	3	8
Prazo médio de recebimentos (dias)	125	91	103

Relativamente ao financiamento proveniente do OE, e após uma diminuição acentuada em 2004 (5,9%), verificou-se novamente um aumento em 2005 (6,8%).

Refira-se também uma estabilidade do financiamento público nos três anos em análise.

Relativamente ao financiamento médio por aluno proveniente do Orçamento de Estado, verificou-se uma ligeira subida em 2005, relativamente ao ano anterior, embora esse valor ainda não tenha atingido o registado em 2003.

Os custos com pessoal registaram um ligeiro aumento, face a 2004, do seu peso na estrutura de custos, pese embora o objectivo da Escola em efectuar a contenção destes, avaliando a contratação de novos recursos humanos em função da sua relevância e também em função da capacidade financeira da Instituição em manter esse compromisso. Este aumento foi no entanto de montante inferior ao aumento das transferências de Orçamento de Estado.

Relativamente ao Imobilizado, verifica-se que o rácio Investimento/Imobilizado em equipamento básico e administrativo baixou relativamente ao ano anterior, verificando-se um aumento na aquisição de outras imobilizações corpóreas, nomeadamente equipamento auxiliar para apoio a congressos e espectáculos.



Como em anos anteriores, verificou-se uma redução, ainda mais acentuada, do peso dos subsídios ao investimento no investimento total, o que, face à manutenção dos níveis de investimento, demonstra o esforço da Instituição no investimento, através de recursos próprios.

O esforço no aumento dos prazos médios de pagamento (PMP) colocou o seu valor perto do verificado em 2003. No ano de 2005, e pese embora as medidas tomadas, o prazo médio de recebimento (PMR) sofreu um aumento significativo.

5. Conclusão

Analisada a situação financeira da FEUP em 2005, e apesar de já se terem referido algumas conclusões, devem, no entanto, ser salientados alguns aspectos essenciais:

A FEUP, enquanto Instituição de Ensino Superior Público, depende do Orçamento de Estado. Apesar das transferências do OE terem aumentado ligeiramente face ao ano anterior, a Escola tem continuado a manter a capacidade de gerar receitas próprias para fazer face às suas despesas, bem como a realização de investimentos considerados indispensáveis ao desenvolvimento da sua actividade.

Relativamente aos custos com pessoal, que constituem uma componente da despesa com uma rigidez considerável, e apesar do aumento verificado em 2005, a FEUP tem continuado a seguir uma política de contenção na contratação de recursos humanos, o que lhe permite libertar excedentes do Orçamento para o funcionamento e manutenção de todas as estruturas de apoio à aprendizagem dos alunos.

V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de Balanço de 101.982.290 Euros e um total de Fundos Próprios de 9.535.226 Euros, incluindo um Resultado Líquido positivo de 3.774.029 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Natureza, Mapas de Execução Orçamental e o Mapa de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da Educação em Portugal.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Administrativo a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, no referido exame incluímos:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Administrativo, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A Faculdade não constituiu uma Provisão para Clientes de Cobrança Duvidosa, referente aos clientes de serviços prestados ao exterior com saldo com antiguidade superior a um ano, no total de 123.000 Euros, estando subavaliadas no mesmo montante as rubricas Clientes Contá Corrente - Provisão para Cobranças Duvidosas e Provisões do Exercício.

Opinião

8. Na nossa opinião, excepto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a situação mencionada no parágrafo sete, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da Educação em Portugal.

9. É também nosso parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Ênfase

10. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- a Faculdade não procedeu à contabilização da Provisão para Férias e Subsídio de Férias dos seus funcionários, que estimamos ser de 3.327.000 Euros. Esta situação foi originada pelo facto do respectivo pagamento ser realizado com fundos que a Faculdade recebe do Orçamento de Estado, no momento que surge a obrigação de liquidar os referidos encargos. Estes Fundos são contabilizados como provento no exercício em que ocorre o recebimento;
- a Certificação Legal de Contas, no exercício findo a 31 de Dezembro de 2004, apresentava uma reserva relativa ao facto da Faculdade ter registado no seu património o valor de 56.856.989 Euros que corresponde ao edifício onde esta exerce a sua actividade, sem que existisse qualquer documento de cedência deste. No exercício de 2005 a situação supracitada foi regularizada visto ter-se verificado a existência de um auto de afectação dos imóveis por parte da Reitoria da Universidade do Porto, assim como uma avaliação fornecida por esta do edifício e respectivo terreno.

Lisboa, 22 de Agosto de 2006

Horwath & Associados, SROC, LDA. (OROC n.º186)
Representado por Andrew Maurice Kennard (ROC n.º 1136)